

Reforma da carreira: por que tanta pressa?

A reforma do estatuto da USP deve ser feita de modo a permitir que cada detalhe possa ser analisado dentro do todo do qual faz parte. Entretanto, o atual processo de reforma do estatuto em andamento no Conselho Universitário não satisfaz esta condição e, portanto, compromete-se a avaliação das conseqüências de cada modificação no todo que se está a alterar e que sequer é conhecido.

O curto prazo concedido, em especial, ao exame da proposta de alterações na carreira prejudicou não somente sua apreciação pelos diversos órgãos colegiados, como também a divulgação das manifestações desses colegiados por toda a universidade.

Com o intuito de ampliar a discussão da proposta apresentada pela Comissão Especial de Reforma do Estatuto da USP, a Adusp realizou, em 19/2, um debate com a participação dos professores João Grandino Rodas, representante da mencionada Comissão, Otaviano Helene, presidente da Adusp, e Edmundo Fernandes Dias, diretor da Adunicamp. Em mais de duas horas de duração, o debate atacou os pontos mais polêmicos da proposta, que deve ser votada já nesta semana, na próxima reunião no Conselho Universitário.

O professor César Minto, que coordenou a mesa, apresentou os princípios defendidos pelas entidades filiadas ao Andes-SN com relação à carreira docente, entre eles a carreira única, com base no princípio “trabalho igual, salário igual”; carreira regida por um regime jurídico único; in-

gresso por concurso público; e carreira baseada em critérios exclusivamente acadêmicos. “Carreira não é plano de cargos e salários”, destacou. “Não dá para confundir carreira com plano salarial. A carreira não necessariamente resolve questões salariais”.

O professor Rodas afirmou concordar com os princípios do Andes-SN. Após enfatizar que sua participação no debate não se limitaria à defesa pura e simples da proposta de reforma da carreira, Rodas iniciou a exposição abordando o principal argumento contrário ao atual processo de reforma: o de que ele se dá num círculo restrito, ferindo os procedimentos democráticos que seriam desejáveis.

“Vamos esperar a Estatuinte?”, indagou. Segundo ele, é possível dar “certos passos intermediários”, situação onde ele localiza os trabalhos da Comissão Especial de Reforma. Rodas opõe a opção “fazer terra arrasada” do Estatuto, ou seja, reformá-lo por meio de uma Estatuinte, a “fazer algo”, isto é, adotar o método atual.

Sem monopólio

Ao comentar a realização de audiências públicas e de consultas às congregações



das unidades sobre a reforma, Rodas afirmou que a Comissão limitou-se a sistematizar as sugestões encaminhadas pela comunidade. Rodas declarou que, juntamente com outros professores, foi responsável pela formulação da proposta de mudança de carreira, que cria degraus salariais entre professores doutores e professores associados e altera a sistemática de ascensão na estrutura de poder.

Sustentou, ainda, que a Comissão não tem monopólio da apresentação de nenhuma proposta e que não está dirigindo o processo de reforma da carreira. Ele pensa que, em tese, não se pode misturar a carreira com plano salarial, mas considera que muitas vezes é preciso ser “pragmático”.

A justificativa dada por Rodas é a de que atualmente a carreira não oferece muitos atrativos aos melhores docentes e que os salários estão “significativamente abaixo do mercado”. “A universidade pública vive de bons professores. Essa é possibilidade de se dar uma melhoria razoável. Não podemos deixar que a carreira vá se esvaindo”, disse Rodas. Ele compara a situação ainda com a dos funcionários, que têm progressão horizontal e vertical, diferentemente

dos docentes. Rodas pensa que é preciso garantir isonomia com os funcionários.

Ele também justificou a mistura entre carreira e estrutura de poder com a necessidade de pragmatismo: “Por que não damos já o arejamento necessário para a estrutura de poder? Nas projeções que fizemos, vamos perceber que vai mudar de forma substancial a participação em chefia”, explica.

Sobre a polêmica avaliação docente proposta pela Comissão, a ser realizada pela Comissão de Atividades Acadêmicas do CO, Rodas conta que o grupo já alterou o texto, deixando em aberto a comissão responsável pela avaliação: “O CO indicará a comissão. Há muitos feudos na USP e a CAA é um deles”.

Autorreforma?

O professor Edmundo Dias classificou como falsa a oposição entre a Estatuinte e a “prática do possível” defendida por Rodas. Seria ingenuidade acreditar que a ordem possa autorreformular-se, disse.

Segundo Dias, uma reforma da carreira docente deveria ser discutida em um grande congresso das três universidades estaduais públicas: “O pragmático não é permissivo. Isso [necessidade de mudança] se resolve exercendo democracia. O legítimo é fazer um congresso das três universidades para discutir isso. Como fazer se um professor for de uma universidade para a outra, se as carreiras forem diferentes?”, criticou.

Dias rebateu o argumento de que é preciso haver isonomia entre as carreiras de docentes e funcionários: “Isonomia não é feita entre díspares, mas entre pares”. Em sua opinião, carreira não corresponde simplesmente ao número de degraus pelos quais o docente pode passar. “Carreira é processo pedagógico e construção de quadros”.

Que critérios?

A exposição de Otaviano Helene corroborou a saraivada de críticas desferida por Dias, acrescentando a elas uma questão sobre o fato de a proposta manter os níveis MS1 e MS2 fora da carreira na USP. Para ele, trata-se de um problema jurídico gravíssimo, visto que há, na USP, professores desses níveis exercendo a docência e con-

Arbitrariedade sem paralelo

O caso do professor João Batista, da Poli, que descobriu pelo holerite que estava em RTP

É possível que a maior parte das pessoas que venha a saber desse caso não acredite na sua veracidade, principalmente sabendo tratar-se de um docente de uma universidade pública. Mas, infelizmente, o caso é verídico.

O professor João Batista de Aguiar, do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos da Poli, figurava entre aqueles que foram, há cerca de 10 anos, desligados e religados, na mesma data, ao RDIDP. Esse mecanismo, utilizado no passado, objetivava burlar o regimento interno da Universidade que estabelece um período experimental de RDIDP de seis anos, renováveis por no máximo dois anos. Foi a luta dos docentes, organizada pela Adusp, que conseguiu fazer com que a universidade deixasse de lançar mão desse expediente perverso.

No entanto, isso não impediu que, após 17 anos em período experimental (!!!) no RDIDP, o Conselho do Departamento votasse, em fevereiro de 2007, pela mudança daquele docente para RTP. Essa decisão foi tomada apesar de o relatório do professor ter obtido parecer favorável e de ter cumprido as metas sugeridas pela CERT em pareceres relativos a processos anteriores.

O Conselho do Departamento não apresenta justificativa para uma decisão de tão graves conseqüências, alegando apenas a falta de engajamento institucional do docente. O docente recorreu dessa decisão junto ao departamento e posteriormente junto à Congregação, mas seus recursos não foram acatados em nenhuma dessas instâncias.

Inexplicavelmente, seu recurso não segue ao Conselho Universitário, apesar de

solicitação explícita do recorrente nesse sentido. A Cert decide acatar a decisão da unidade, mudando arbitrariamente o regime de trabalho do professor para RTP. É no holerite do mês seguinte à reunião da Cert que o professor se dá conta de que seu regime de trabalho passou a ser o RTP e de que seus vencimentos foram reduzidos!!!

Reedição

Cabe lembrar que esse tipo de arbitrariedade não é novidade, tendo ocorrido diversas vezes durante a década de 1990. Diante da indig-

nação provocada por esse tipo de ação, a USP deixou de agir dessa maneira. Vemos agora, na gestão da reitora Suely Vilela, a reedição de tal procedimento.

A Adusp, que vem acompanhando esse caso, oficiou em 22/10/08 à reitora, apontando que essa situação era inaceitável e pedindo prontas providências no sentido de reintegrar, em caráter permanente, o docente no RDIDP. Apontamos também o flagrante desrespeito ao pleno direito de defesa na medida em que não se esgotaram as instâncias de recurso na universidade.

Para nossa surpresa esse ofício segue sem resposta até o momento...

Desrespeito

A autonomia acadêmico-científica dos departamentos é um princípio que sempre defendemos. No entanto, os departamentos, assim como as demais instâncias da universidade, devem respeitar os princípios norteadores de conduta na administração pública, o que não ocorreu de modo algum nesse caso.

Senão vejamos: como o regime experimental do RDIDP é de seis anos, renovável por no máximo dois,

qualquer docente que se encontre há mais de oito anos nessa condição deve ser mantido no RDIDP em caráter permanente; a Constituição garante a irredutibilidade dos salários aos ocupantes de cargos efetivos; a administração pública deve agir de modo impessoal e motivado; e a todos deve ser garantido o pleno direito de defesa.

Desse modo, é obrigação de quem está à frente da Universidade fazer com que esses princípios básicos sejam respeitados pelas instâncias da Universidade. É isso que se espera da Reitora.

Quo vadis, Cruesp?

O governo do Estado define o eixo de suas diretrizes para a crise. Concedeu prazo adicional (60 dias fora o mês de venda) para o recolhimento de 50% do ICMS devido e abaixou a alíquota do ICMS de 18% para 12 %, para uma série de setores econômicos (por enquanto, até o final de 2009). Enquanto o atraso no recolhimento impõe dificuldades financeiras temporárias a atividades do Estado, a redução de 1/3 da alíquota significa uma transferência a mãos privadas de recursos públicos indispensáveis ao sustento de serviços sociais e estratégicos para a sociedade, como é o caso de nossas Universidades Públicas Paulistas.

Se é obrigação do governo agir em períodos de crise, não é aceitável que o faça doando recursos a detentores do capital, tanto menos que isso seja feito genericamente, sem discriminar aqueles que efetivamente es-

tão em dificuldades dentro de cada um dos diferentes setores econômicos. Sendo o caso, recursos públicos para o setor privado não podem ser repassados a fundo perdido, tanto mais quando isso representa 1/3 do principal imposto recolhimento pelo Estado.

Manter emprego e salários é indispensável para se evitar que a crise se realmente. Mas à guisa de crise, empresas que engordaram seus lucros nos últimos anos jogam na rua milhares de trabalhadores e eufemisticamente pressionam pelo que chamam de “flexibilização das relações trabalhistas”, que apregoam ser a salvação para os pobres empresários prestarem o favor de manterem trabalhadores empregados. E nem isso cumprem. Governos têm assisti-

do isso como se fossem expressão de uma lei natural.

O movimento social organizado tem que responder com energia, exigindo atitudes e políticas públicas que garantam salários e direitos sociais, especialmente educação e saúde. Esses são elementos indispensáveis para sairmos desta crise construindo uma sociedade com distribuição de renda e justiça social e não fortalecendo aquilo que a originou — as mazelas do capital monopolista e financeiro.

Aproxima-se nossa data base. Resta ver agora o que fará o Cruesp. Não há o

que justifique cavalgar a política do governo do estado para fugir de recuperar nossos salários (perda inflacionária, da ordem de 6,2%, mais reposição salarial de perdas anteriores). A tabela abaixo mostra que desde 2006 as reposições salariais têm ficado muito aquém das possibilidades financeiras das universidades, acumulando uma defasagem de 30,4%. Se 80% do crescimento do ICMS destes últimos anos tivessem sido destinados a salários, estes estariam 21% acima daquilo que temos hoje.

Ano	Reajuste salarial (%)	Crescimento nominal do ICMS (%)*	Crescimento do ICMS acima do reajuste salarial	
			No ano	Acumulada
2006	2,55%	11,3%	8,5%	8,5%
2007	4,92%	11,0%	5,8%	14,8%
2008	6,51%	20,9%	13,5%	30,4%

(*) Descontadas as parcelas correspondentes ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI)

Reitoria vê sucesso na Sexta Etapa

Há mais de quinze anos a Adusp questiona os contratos precários de docentes na USP, considerando inaceitável essa forma de contratação em função da natureza do trabalho acadêmico. Em julho de 2008, foi solicitada reunião com a Reitoria, com a finalidade de discutir providências para problemas que poderiam ocorrer devido à Sexta Etapa de despreciação. A reunião ocorreu em 17/2.

Despreciação

A diretora do DRH informou que participaram da Sexta Etapa de despreciação, até o momento, 772 docentes, dos quais 739 foram indicados. No entanto, relatou que ainda possuem contratos precários 10 professores associados, 148 doutores, 55 assistentes e três auxiliares de ensino. Informou que 24 cargos MS3 já foram solicitados, sendo 11 para o Instituto de Física de São Carlos, unidade com o maior número de “precários”.

Na avaliação da Reitoria a Sexta Etapa foi um sucesso. “A própria Adusp lutou mui-

to por isso; é uma conquista”, destacou a diretora do DRH. “Acho que nós atingimos a massa da nossa universidade e talvez não sejam necessários novos programas”, afirmou a reitora. “É uma determinação do Conselho Universitário que todos estejam com provimento de cargo, mas o ideal é que já tivesse essa cultura das unidades de nem haver essa necessidade [do programa]”.

Tal cultura, segundo a Reitoria, começa a se sedimentar: basta o docente em contrato precário com o título de doutor solicitar e o cargo será imediatamente posto à disposição para concurso público.

Informou também, por outro lado, que muitas unidades insistem em solicitar a contratação de doutores por meio de processo seletivo. A Reitoria afirmou que vetará tais pedidos.

“Outro claro”

Quanto à não indicação de docentes precários nos concursos da Sexta Etapa, a reitora declarou que tudo depende do interesse dos depar-

tamentos. Isto é, caso o Departamento renove o contrato do precário não indicado este será mantido nos quadros da instituição. No entanto, sugere que seja pedido um cargo o mais brevemente possível. “A pessoa prestou, não passou, mas a unidade tem interesse em manter, nós bancamos. Damos um outro claro para a unidade”, declarou a professora Suely.

Quanto àqueles precários que não tiveram seu contrato renovado, a Reitoria afirma que não há solução. Citando o Estatuto da USP, a diretora do DRH afirmou que é competência do Departamento a renovação do contrato, portanto a Reitoria não poderia interferir nos casos de não-renovação.

O professor Otaviano Helene, presidente da Adusp, rebateu: “No entendimento da Adusp isso é inadmissível do ponto de vista trabalhista”, destacou. Afinal, apesar de delegar ao Departamento a renovação, o empregador é a Universidade.

Ainda sobre a possibilidade de não-renovação, a Reitoria afirmou que há a possibi-

lidade de transferência do não-indicado, desde que ambos os departamentos, o atual e o de destino, concordem. A reitora se comprometeu a analisar caso a caso e, se preciso, avaliar a necessidade de atribuir uma nova vaga para o Departamento de origem visando facilitar a transferência do docente “precário”.

Inaceitável

Sempre defendemos que se deve ingressar na USP exclusivamente por concurso público, mas é inaceitável e insuficiente a posição da Reitoria no caso dos docentes com insucesso na Sexta Etapa. Jogar a responsabilidade da recontração para o Departamento é se desobrigar de um compromisso assumido inicialmente pela Reitoria, de avaliar caso a caso as situações problemáticas.

MS1 e MS2

Relativamente aos MS1 e MS2 a Reitoria informou que continuarão a ser contratados temporariamente, pois o ingresso na carreira da USP é no nível de dou-

tor. Caso docentes nessas categorias obtenham o título de doutor, a reitora garantiu imediata abertura de concurso público com provimento de cargo.

Quanto ao procedimento de “liga-desliga”, a reitora informou que ele não mais é aplicado na USP. Entretanto, há ainda casos de corte do RDIDP que têm origem naquele procedimento (veja página 2).

Rebaixamento

A Reitoria se mostrou favorável ao rebaixamento de contratos em RDIDP pela Cert, pois, no seu entender, na medida em que os docentes não são bem avaliados, estes devem ser reenquadrados.

No entendimento da Adusp, entretanto, essa posição é inaceitável. Muitos dos cortes do RDIDP que chegaram à Adusp não tinham motivação acadêmica. Além disso, em caso de desempenho profissional em desacordo com o Estatuto ou com a legislação, deve-se respeitar os procedimentos legais e não impor uma redução salarial.

continuação da matéria de capa

tratados de forma precária.

O presidente da Adusp frisou que uma comissão central não teria condições de analisar o trabalho de um docente em sua completude. Criticou ainda o fato de não haver definição sobre os critérios dessa avaliação: “Primeiro está se criando o degrau para depois se criar a regra”. Não há nenhuma demanda real que justifique o escalonamento proposto: “Que problemas essa proposta tenta resolver? Não tem problema nenhum”. E provocou: “O que o degrau significa academicamente?”

O cerne da argumentação do professor Helene contra a proposta de reforma é que a massa de recursos destinada ao pagamento dos salários é fixa e que as negociações do Fórum das Seis com o Cruesp para o aumento do comprometimento de verba para esses pagamentos não têm tido respostas favoráveis: “O montante de dinheiro para pagar é fixo. O todo vai se conservar. Está errado mexer no salário pela carreira”, explica Helene, destacando que, portanto, aumentar o salário em um dos níveis significa diminuir nos outros.

Pressões

O novo modelo de carreira tende a acentuar as pressões produtivistas sobre os docentes, assinalaram os representantes da Adusp e da Adunicamp. “É o publish or perish! (publique ou pereça!)”, reclamou o professor Dias, lembrando a prática avaliativa que já impera nas universidades brasileiras.

O professor Moacyr Aizenstein (ICB), que assistiu ao debate, manifestou-se contra os critérios de avaliação para a progressão: “Eu me interessei muito em vir escutar o motoris-

ta ou o auxiliar de motorista dessa comissão. E vou ser muito sincero: fiquei realmente muito decepcionado. Os pontos negativos superam em muito os pontos positivos, aliás não vi nenhum ponto positivo. Hoje nós não temos mérito; temos política. A questão do orçamento está muito clara. Se existe uma intenção de melhorar a situação financeira, é preciso ter mais dinheiro para o professor, é preciso ter um aumento. Por que é que precisa criar uma ascensão horizontal? Por que vai mudar a atitude do Cruesp haven-

do uma ascensão horizontal? Vai mudar? Eu acho que não”.

O debate demonstrou que a proposta apresentada pela Comissão não está amadurecida e nem discutida o suficiente. Não é aceitável que o Co delibere sobre o tema em sua reunião desta semana.

A Adusp, por deliberação de Assembléia, defende que o Co abra mão de sua prerrogativa para a reforma estatutária e que instale na Universidade uma estatuinte cuja única finalidade seja elaborar um novo estatuto para a USP.

28º Congresso do Andes-SN fortalece movimento docente

Realizado em Pelotas entre 10/2 e 15/2, o 28º Congresso do Andes-Sindicato Nacional reuniu 248 delegados, 29 observadores e seis convidados, de 52 instituições de ensino superior de todo o país. A Adusp foi representada pelos delegados César Minto, Carla Roberta de Oliveira Carvalho, João Zanetic e Osvaldo Coggiola, indicados pela assembléia, e Otaviano Helene, representando a diretoria. O Plano de Lutas aprovado destaca, no âmbito das universidades federais, a luta “por um vencimento básico robusto e pelo fim das gratificações e contratações de professores substitutos”,

bem como uma forte atuação contra o programa Reuni. Outra prioridade adotada é a luta contra o ensino à distância.

O 28º Congresso ratificou o Andes-SN como representante dos professores das instituições de ensino superior públicas e privadas, rejeitando uma proposta que previa a retirada destas últimas da sua base. Os delegados resolveram ampliar a luta em defesa do registro sindical do Andes-SN e “contra todas as formas de cerceamento do direito à autonomia e à livre organização sindical dos trabalhadores do setor privado e do setor público”, segundo a Carta de

Pelotas. Propõem-se a combater “o conjunto de normas que compõe a chamada reforma sindical do governo, como a lei 11.648, de março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais, a Portaria 186 do MTE, de abril de 2008, que prevê os procedimentos para a concessão de registro sindical, e o projeto de lei que institui a contribuição negocial, denunciando seus efeitos”.

Atuação incisiva

“Conseguimos consolidar um Plano de Lutas que prevê uma atuação mais incisiva nas questões particulares ao movimento docente e da

classe trabalhadora como um todo”, declara o presidente do Andes-SN, professor Ciro Correia.

Quanto à questão salarial dos docentes das IFES, Ciro afirma que as planilhas impostas pelo governo desconstroem as carreiras e continuam tratando o vencimento básico apenas como uma pequena parcela dentro de uma remuneração mensal que contempla uma série de gratificações: “Essa situação só gera injustiça, instabilidade e uma quebra de isonomia com os aposentados. Sempre lutamos contra isso e vamos continuar lutando”.

De acordo com o presidente do Andes-SN, o Plano de

Lutas aprovado no 28º Congresso prevê que a implantação do Reuni seja acompanhada em cada uma das universidades: “Esse é o principal programa do governo para as universidades federais. Sempre fomos contrários a essa iniciativa porque não consideramos correto que haja uma política de expansão irresponsável, sem os recursos necessários. Sabemos que a expansão universitária é essencial ao país, mas tem que ser feita com financiamento adequado, para que o aumento no número de vagas não signifique aligeiramento de cursos nem diminuição de qualidade”.

Entidades rearticulam Fedep-SP

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP), que reúne diversas entidades paulistas, voltou a ser rearticulado, em sucessivas reuniões realizadas em janeiro e fevereiro deste ano. Entre as prioridades elencadas nessa retomada estão a luta pela implementação das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio (já prevista em lei) e inclusão de psicologia; e a luta contra políticas adotadas pelo governo estadual, consideradas perniciosas, tais como o “novo currículo” da rede estadual, a política de bônus e a adoção do ensino à

distância (EAD) para pretensa formação de professores.

A primeira manifestação pública recente do Fedep-SP foi em defesa do piso salarial nacional para os professores das escolas públicas de educação básica (instituído pela lei 11.738/08). O fórum externou sua preocupação com a decisão tomada pelo STF em 17/12/08, quando julgou uma liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167, movida por governadores contra a lei 11.738/08. Na ocasião, embora tenha reconhecido a vigência do piso a partir de 1º/1/09, o STF suspendeu a determinação,

corretíssima, de que 2/3 da jornada dos professores sejam reservados para atividades em sala de aula.

O Fedep-SP aguarda que os ministros revejam a deliberação (o julgamento não terminou naquela data) e mantenham o dispositivo citado, “preservando no mínimo 1/3 da jornada para as tarefas de (re)planejamento de atividades didáticas, atendimento de estudantes, correção de trabalhos escolares, reuniões pedagógicas e aperfeiçoamento docente, dentre outros afazeres que constituem parte substantiva da docência”.

Reitoria precisa agir

Ação do Gatilho espera execução

Em 17/2/06, em cumprimento à “obrigação de fazer” da ação do gatilho, a Reitoria da USP publicou no Diário Oficial a lista dos beneficiários. Três anos se passaram e, em relação à lista de 2006, houve a inclusão de aproximadamente 500 novos beneficiários e a exclusão de algumas dezenas de docentes. Assim, chegamos em 2009 aguardando, não apenas a “obrigação”, mas o “fazer” propriamente dito.

Em 19/1/09, solicitamos ao juiz que instasse a USP a executar a sentença para todos os docentes já listados como beneficiários. Pedimos, ainda, que a USP apresentasse a lista dos excluídos com os respectivos motivos. Lembramos que, a partir da declaração da USP, algumas exclusões poderão ser contestadas e, por isso, é importante que

os colegas fiquem atentos. Na página da Adusp (www.adusp.org.br) reproduzimos as listas recentes entregues pela USP em juízo para que o docente possa verificar sua situação.

Até agora, não temos notícias sobre a manifestação do juiz e/ou da USP acerca de nossa petição de 19/1. Visando agilizar o andamento das questões relativas à ação do gatilho, enviamos ofício e telefonamos para a Reitoria solicitando uma reunião o mais breve possível.

Em 1987, deveríamos ter recebido os gatilhos. Não os recebemos. Não há motivos para postergar ainda mais o pagamento para os já considerados beneficiários, a menos, é claro, que a Reitoria da USP pretenda, mais uma vez, retardar o processo, tentando não pagar o que deve.

Balanço Financeiro da Adusp - 4º trimestre de 2008

	SALDO DO FUNDO DE RESERVA (1)	CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DOS ASSOCIADOS (2)	SALÁRIOS E ENCARGOS	DESPESAS DE COMUNICAÇÃO	OUTRAS DESPESAS (3)
OUTUBRO/08	R\$ 1.222.342,99	R\$ 138.296,53	R\$ 79.366,91	R\$ 8.696,10	R\$ 34.075,02
NOVEMBRO/08	R\$ 1.234.851,01	R\$ 138.305,25	R\$ 81.425,33	R\$ 11.290,08	R\$ 47.179,48
DEZEMBRO/08	R\$ 1.240.401,19	R\$ 138.670,21	R\$ 122.847,02	R\$ 19.848,15	R\$ 42.017,78

1) 100% sobre a contribuição do Conselho de Representantes/Comissão de Inq.

2) Descontados os impostos do Andes-SN

3) Anúncios publicitários, material de impressão, informática, materiais permanentes, viagens, passagens